

Entrelaçamentos entre políticas de memória e políticas urbanas: o Memorial da Resistência e os projetos urbanos de “revitalização” do centro de São Paulo

Connections between memory and urban policy: the Resistance Memorial and the "revitalization" projects for São Paulo's downtown

Enviado: 30/10/ 2021

Aceito em: 18/12/ 2021

Rebeca Lopes Cabral¹

Vanessa Fernandes Corrêa²

Resumo

Este trabalho se concentra nos processos urbanos e históricos que permitiram a construção do Memorial da Resistência (MR), localizado em um antigo centro de detenção e tortura em São Paulo, analisando-o à luz dos movimentos de circulação de modelos urbanos e de políticas de memória. Sugerimos a compreensão do memorial, construído no âmbito de um projeto mais amplo de "renovação" da área central de São Paulo, como um espaço de oportunidade: um lugar estabelecido por atores e grupos que, em meio a situações aparentemente desfavoráveis, enxergaram frestas para obter o reconhecimento de suas pautas e desenvolver projetos voltados à construção de cidades e sociedades mais justas. Para tanto, analisaremos a constituição histórica do MR, entendendo-o como fruto e agente de movimentos urbanos mais amplos, que extrapolam a esfera local.

Palavras-chave: Política de memória; Política urbana; Memorial da Resistência.

1 - Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Doutoranda em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo pelo mesmo departamento e universidade, também com apoio da FAPESP. Pesquisadora do Laboratório para Outros Urbanismos (FAU-USP), integrante do Grupo de pesquisa em Acervos de Direitos Humanos (UFRGS), integrante do coletivo PISA: cidade+pesquisa. E-mail: rebecalopes@usp.br

2 - Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Doutoranda em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo da Universidade de São Paulo com apoio da CAPES. Pesquisadora do Laboratório para Outros Urbanismos (FAU-USP). Coordenou a área de Identificação e Tombamento no DPH (Departamento do Patrimônio Histórico da cidade de São Paulo) e o Núcleo de Valorização do DPH, quando implantou e coordenou a Jornada do Patrimônio de São Paulo e o Inventário Memória Paulistana. Coordenadora de Gestão do Instituto Tebas. Escreveu sobre arquitetura, urbanismo e patrimônio histórico na Folha de S.Paulo de 2008 a 2015. E-mail: vanessafcorrea@gmail.com

Abstract

This work focuses on the urban and historical processes that allowed the construction of the Resistance Memorial (MR), located in a former detention and torture center in São Paulo, analyzing it in light of the movements of circulation of urban models and memory policies. We suggest the understanding of the memorial, built within the framework of a broader project of "renewal" of the central area of São Paulo, as a space of opportunity: a place established by actors and groups which, in apparently unfavorable situations, found ways to obtain the recognition of their agendas and develop projects that can cooperate to the construction of better cities and societies. To this end, we will analyze the historical constitution of the MR, understanding it as a result as well as an agent of broader urban movements that go beyond the local sphere.

Keywords: Memory policy; Urban policy; Resistance Memorial

1. Introdução

Este trabalho se concentra na construção do Memorial da Resistência (MR), analisando-o à luz dos movimentos de circulação de modelos urbanos e de políticas de memória.

O MR faz parte da Estação Pinacoteca, que concentra uma série de espaços expositivos. Localiza-se no bairro da Luz, região central de São Paulo, em um território caracterizado pelas várias ondas migratórias (judeus, coreanos, bolivianos, nordestinos), pelos edifícios construídos entre o século XIX e XX transformados em espaços culturais, pela abundância de infraestrutura de transporte e pela presença massiva de usuários de crack, na região conhecida como "cracolândia".

O memorial ocupa um edifício de 1.140 m² e está organizado em cinco andares. É vizinho da Estação da Luz, cartão postal da cidade, equipamento que alimentou a formação do imaginário de São Paulo como a "locomotiva" do país, na primeira metade do século XX. Projetado por Ramos de Azevedo no começo do século XX, entre 1914 e 1938 abrigou o Armazém e Escritórios da Estrada Sorocabana, companhia responsável pela construção de estradas de ferro que conectaram o interior à capital. Porém, no Estado Novo (1937-1946) e na Ditadura Militar (1964-1984), tornou-se sede do Departamento de Ordem

Política e Social (DEOPS-SP), responsável por vigiar e controlar as manifestações contra o governo. Como tantos outros espaços instalados na América Latina, lá os presos políticos ficavam encarcerados, eram reprimidos e torturados. Mas, nesse caso, tratava-se de um “cárcere oficial”, reconhecido pelo Estado, onde se exerciam atividades ilegais.

O memorial foi inaugurado em 2009 enquanto o primeiro museu voltado para a promoção da memória da ditadura brasileira. Os primeiros esforços para sua construção remetem, contudo, a meados da década de 1990, e fizeram parte de projetos urbanos mais amplos que, à luz das várias iniciativas ao redor do globo, miraram a “requalificação” (no jargão marketeiro) da região com o apoio de financiadores estrangeiros.

O agente financiador das reformas da Luz foi o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que vinha atuando na constituição de “polos culturais” em centros históricos de diversas cidades latino-americanas. No Brasil esse movimento se deu por meio do programa Monumenta (1997), executado pelo Ministério da Cultura, e cujo objetivo era “recuperar” os patrimônios urbanos de 26 cidades brasileiras, dentre eles os da Luz, e transformá-los em instituições culturais autossuficientes, com esse mesmo propósito de valorizar a região e atrair o capital internacional. Embora a construção de espaços de memória controversa não fosse uma preocupação do programa do BID, foi nesse contexto e, com tal verba, que alguns atores, nutridos por experiências relacionadas a outros casos latino-americanos, vislumbraram a possibilidade de construir o Memorial da Resistência.

A construção do MR se insere, portanto, em circunstâncias globais mais amplas: por um lado, sabe-se que os anos 1990 foi marcado pela intensa busca de gestores, investidores e especuladores em transformar as principais cidades do mundo em “capitais culturais”, com o intuito de construir imagens atraentes para investimentos estrangeiros (JAMESON, 1998; ARANTES, 2008; HARVEY, 2005), o que se deu em grande parte por meio da restauração e refuncionalização de centros históricos; por outro, nessa mesma época, os discursos de memória e de direitos humanos (que alimentaram a construção do memorial) se expandiram em países que experimentavam os ecos das

catástrofes e violências das décadas anteriores, impulsionando a construção de monumentos e memoriais ligados a essas experiências.

Segundo Huyssen (2014), a emergência do olhar para o passado como um fenômeno foi fruto de uma tomada de consciência crítica frente às atrocidades do século XX, impulsionada pela divulgação dos discursos sobre o Holocausto. Ademais disso, a circulação das políticas de memória e das políticas urbanas parecem haver constituído uma geometria coincidente: se nos anos 1980 os discursos sobre o Holocausto alimentaram o processo de justiça de transição argentina, depois o próprio modelo argentino parece ter se difundido em países como o Chile e o Brasil (HUYSSSEN, 2014). Se nos anos 1980 a circulação de modelos urbanos se deu majoritariamente desde o norte ao sul global, nos anos 1990 a circulação sul-sul se intensificou, em grande medida por programas como o do BID. Nessas interações, que implicam em processos de tradução, são produzidos novos conhecimentos e emergem debates fundamentais que desafiam as fronteiras geográficas e históricas. No entanto, elas são sempre assimétricas e moldadas por relações de poder (JAJAMOVICH, 2018) que merecem atenção.

Na literatura a questão relativa à circulação de memórias emergiu no final da primeira década de 2000, por meio de termos tal como memória viajante (ERLL, 2008), cosmopolita (LEVY; SZNAIDER, 2010), global (ASSMANN; CONRAD, 2010) e multidirecional (ROTHBERG, 2010). Em comum, os autores que trabalham com esses termos apontam que os discursos de memória podem fundamentar os direitos humanos, e privilegiam a perspectiva comparativa e não a competitiva – não estabelecem escalas de sofrimento –, analisam as memórias para além dos territórios nacionais, como processos em construção e em movimento. Porém ainda incorporam pouco a América Latina, e alguns recaem em uma análise abstrata e focada no Holocausto (LEVY; SZNAIDER, 2013). Na América Latina, apesar do fértil campo de estudos sobre a construção social da memória, sobretudo na Argentina, as discussões sobre lugares de memória (NORA, 1991) tendem a restringir-se às escalas nacionais.

Geralmente em tom de denúncia sobre as consequências das intervenções “marketeiras”, que envolvem o aumento da concentração de renda e das formas de exclusão social, trabalhos emblemáticos se debruçaram sobre as tentativas de “revitalizar” o centro de São Paulo. Analisaram: o estreitamento das relações entre o desenvolvimento urbano e econômico (VILLAÇA, 1998); a associação entre a cultura, desenvolvimento urbano e capitalismo financeiro (KARA JOSÉ, 2007); os agentes desses processos (FRÚGOLI JR., 1998); as relações entre a valorização patrimonial e a “revitalização” (TOJI; BRITO DO NASCIMENTO, 2008) e; o programa Monumenta (DUARTE, 2010; TOZI, 2007). No Brasil, os trabalhos sobre lugares ou sítios de memória são ainda escassos, mas tanto o processo de patrimonialização (NEVES, 2014) quanto o de musealização (BRITO, 2018) do MR foram trabalhados.

Apesar da diversidade de trabalhos sobre o centro de São Paulo, até onde se saiba, as relações entre o Memorial da Resistência e as transformações de seu entorno ainda não foram abordadas na literatura. Em geral, as análises sobre as relações entre espaço urbano e lugares de memória relacionados ao passado traumático são escassas (AGUILERA, 2016). Contudo, sabe-se que, como todo lugar da cidade, a história desses locais passa pela história da cidade. Pensar sobre as relações entre os lugares de memória e as cidades pode nos levar, então, a compreendê-los para além de seus limites físicos e em diálogo com outras geografias, que extrapolam as fronteiras nacionais e cobram visibilidade no modo como a memória é representada em seus interiores.

Durante o controverso Programa Monumenta e em meio às ínfimas ações reparatórias sobre a ditadura, atores nutridos por suas experiências pessoais, e à luz de outras experiências latino-americanas, vislumbraram – em uma situação aparentemente inoportuna e contraditória aos seus princípios ideológicos – a oportunidade de reivindicar suas agendas. Considerando tal quadro, o objetivo deste artigo é analisar o MR como um *espaço de oportunidade*. Isto é, um lugar construído por atores e grupos que, em meio a situações adversas, enxergaram frestas para obter o reconhecimento de suas

pautas e desenvolver projetos voltados à construção de sociedades mais justas por meio da ampliação da consciência política que lugares assim promovem. Para tanto, mobilizamos ao longo das próximas páginas fontes primárias e secundárias com o intuito de pontuar as trajetórias, experiências, ferramentas e articulações desses atores, bem como as disputas entre eles, olhando para os modos como esses movimentos impactaram na construção física do memorial e como o espaço físico influenciou nos debates que constituem sua história. O artigo se organiza em duas frentes: a primeira explora as circunstâncias urbana, política e econômica da criação do memorial; a segunda se debruça sobre a *refuncionalização* (GUGLIELMUCCI, 2011) do antigo edifício do DEOPS em Memorial da Resistência, ou seja, nos processos de mudanças de usos e de atribuição de valores patrimoniais, jurídicos, entre tantos outros.

2. Circunstâncias urbanas: a promoção do patrimônio urbano da região da Luz

Foi durante a Ditadura Militar que começaram as iniciativas de transformação da região da Luz. No contexto internacional, constituíam o foco do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a reabilitação de centros históricos latino-americanos e a publicação de cartas patrimoniais como as Normas de Quito, que lançou em 1967 a ideia de turismo cultural para o desenvolvimento econômico nesses países (KARA JOSÉ, 2004).

Segundo Da Guia (2018), a preservação do patrimônio cultural começou a desenvolver um caráter transnacional a partir da Segunda Guerra Mundial, e desde os anos 1960 a América Latina e o Caribe passaram a ser locais privilegiados na aplicação desses processos de mobilização do passado para o desenvolvimento econômico. O autor demonstra, no discurso desses agentes de cooperação, a passagem de uma concepção de patrimônio majoritariamente técnica no pós-guerra, com foco na seleção e restauro, para um entendimento do patrimônio como promotor de desenvolvimento econômico por meio do turismo a partir dos anos 1960 e 1970 e, por fim, o enfoque no patrimônio

cultural dos centros históricos urbanos como fator de atração dos capitais internacionais. Por isso, ao mesmo tempo em que os governos ditatoriais levaram a cabo uma série de projetos “arrasa quarteirão”, os países latino-americanos passaram por processos de tombamento de seus principais centros históricos.

No Brasil, a influência desse contexto internacional se expressou, por exemplo, na elaboração do Programa Cidades Históricas (PCH) a partir de 1972, cujo foco foi o desenvolvimento da região Nordeste por meio do turismo. Chuva (2016) elabora a tese de que o PCH, mais do que fator de legitimação e suavização da imagem de um regime autoritário perante intelectuais, teve papel central no projeto desenvolvimentista que se estruturava com uma modernização autoritária. O que se verifica pela presença no primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da menção ao turismo como fator de desenvolvimento, e no segundo PND pelas diretrizes explícitas quanto ao uso da conservação das cidades, especialmente as nordestinas, para o desenvolvimento do turismo (BRASIL, 1971). A conservação do patrimônio ganhou então papel preponderante na política cultural. A autora também afirma que o PCH esteve ligado à dinamização da construção civil e que suas propostas, além de naturalizar a relação entre planejamento econômico, conservação do patrimônio, turismo e desenvolvimento, incorporaram largamente como ferramenta o planejamento urbano.

O alinhamento de São Paulo às novas diretrizes internacionais para a preservação também está presente na elaboração, de 1972 a 1974, do projeto “Área da Luz - Renovação Urbana em São Paulo” pelo escritório Rino Levi, uma encomenda feita pela prefeitura no mesmo ano da edição da Lei de Zoneamento de 1972. O estudo foi realizado em uma perspectiva de adaptação para o desenvolvimento econômico e social (o que estava de acordo com as diretrizes dos PND I e II quanto ao novo papel das cidades). Seu objetivo era apoiar a elaboração da legislação de uso e ocupação do solo destinada às “zonas especiais”, em que a área da Luz foi classificada como Z8-007. Buscava-se definir usos mais rentáveis do espaço urbano, mas de modo que as características históricas de sua urbanização pudessem conviver com o

impacto que a instalação de uma estação do Metrô no bairro viria a causar (TOZI, 2006). Pode se dizer que o projeto “Área Luz” foi o embrião das políticas municipais de preservação para a região, ao valorizar seu patrimônio como documento histórico e ressaltar o valor das técnicas construtivas, superando a ideia do patrimônio de valor artístico excepcional e de caráter nacional antes vigente. Até então só haviam sido protegidos (pelo tombamento) o Mosteiro da Luz (SPHAN, 1943), o acervo do Museu de Arte Sacra (SPHAN, 1969) e o Quartel da Luz (CONDEPHAAT, 1972).

Ao se observar as iniciativas de recuperação do patrimônio cultural da região da Luz desde o projeto “Área da Luz” até o “Polo Cultural Luz”, este elaborado em 1999 no âmbito do Programa Monumenta (iniciativa federal financiada pelo BID), nota-se uma mudança de concepção dos valores em jogo no discurso da preservação. Se no primeiro o cuidado é para que o patrimônio local seja preservado em meio a um processo de desenvolvimento esperado com a chegada do Metrô, o último enxerga o patrimônio como uma ferramenta capaz de impulsionar a mudança do status do centro paulistano como âncora cultural de uma São Paulo que se pretende global (CORRÊA, 2015).

Entre essas duas iniciativas, a prefeitura paulistana elaborou uma série de outras propostas nos anos 1990, já com a ideia da gestão estratégica para atração de capitais. Esses projetos ora se voltavam especificamente para a Luz, ora para todo o centro, mas sempre com perspectiva de ações de grande impacto na região. Foram essas propostas: o Programa Integrado de Transportes Urbanos (PITU), de 1994, de onde saíram recursos para o restauro da Estação da Luz; o “São Paulo Centro – Uma Nova Abordagem”, de 1996 e; o “Projeto Operação Centro”, de 1997, onde já se apresentava um projeto para transformar a região em “complexo de cenários integrados de alta qualidade, dignos de uma cidade mundial”.

A abertura do estudo para o tombamento “dos remanescentes da instalação primitiva da antiga Estrada de Ferro Sorocabana”, que incluía o edifício do DEOPS, utilizado anteriormente como escritório da Sorocabana Railway Company, ocorreu em 1976 no Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

(CONDEPHAAT). Nos anos seguintes de sua abertura houve inúmeras solicitações à empresa estatal Ferrovia Paulista S/A (FEPASA) para o acesso a documentos históricos e ao edifício para vistoria técnica, que foram respondidos apenas em 1981, com uma negativa (NEVES, 2014). Afinal, naquele momento, em plena ditadura, o DEOPS ainda funcionava como um local de tortura.

A Estação da Luz, cujo estudo para a preservação se iniciou na mesma época, foi tombada ainda em 1982 pelo CONDEPHAAT. No entanto, o tombamento do edifício do antigo DEOPS aconteceu apenas em 1999 quando, na vigência do projeto Monumenta, o estudo sobre os edifícios da estrada de ferro Sorocabana foi concluído. O edifício em questão foi tombado como bem cultural junto a outras dezoito construções do entorno, possivelmente porque os recursos do Monumenta só poderiam ser aplicados a bens ou áreas de reconhecido valor cultural. Segundo o processo de tombamento, o valor do edifício residia no "partido arquitetônico" e no espaço "definido de forma racional" com sistemas estruturais que "resolvem tecnicamente o edifício". Só ao final do texto aponta-se, de passagem, que nas celas do antigo DEOPS "reside parte significativa" de seu valor. A ênfase, portanto, recaiu principalmente sobre o valor arquitetônico e técnico, não havendo menções às atividades clandestinas ou ao uso como sede de uma instituição burocrática (o DECON), o que, como abordaremos, já indicava o rumo tomado em sua reforma logo depois.

3. Refuncionalização: identificação, reconhecimento e primeiras intervenções

O primeiro passo para a refuncionalização do antigo DEOPS foi o reconhecimento das atividades ilegais que se levaram a cabo em seu interior no Estado Novo e na Ditadura Militar, dado não pela via do tombamento, mas pelo Projeto Integrado Arquivo do Estado/Universidade de São Paulo (PROIN), desenvolvido a partir de 1995.

Uma das principais agentes na criação do PROIN foi a professora Maria Luiza Carneiro Tucci. Ela se aproximou do antigo DEOPS no âmbito do tombamento dos edifícios da Sorocabana quando, enquanto historiadora e técnica do CONDEPHAAT, participou dos estudos para o tombamento do conjunto. Naquela época era já docente do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP). No começo dos anos 1990, começou a trabalhar no Arquivo Público do Estado de São Paulo, quando recém haviam chegado os documentos do antigo DEOPS, então guardados na Polícia Federal.

Os arquivos foram transferidos em 1991, mas o acesso manteve-se restrito por quatro anos. Por isso, o desenvolvimento do PROIN tornou-se possível em só 1995, quando o então secretário da Cultura do Estado de São Paulo, Ricardo Ohtake, aprovou a resolução SC-38, assegurando o acesso mais amplo ao acervo documental.

A proximidade de Tucci com o Arquivo Público do Estado, associada a uma gestão favorável do Arquivo – por Nilo Odália, também professor da USP – parecem ter aberto a possibilidade de explorar o acervo DEOPS com o apoio do Arquivo e com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Além do levantamento e análise do fundo, o objetivo era proporcionar aos alunos uma experiência "mão na massa". Dois anos depois, o trabalho de levantamento dos 150.000 prontuários daria origem ao livro "Alemanha", que inaugurou a série de livros "Inventários DEOPS" (1997-2005). Por meio da série publicaram-se pela primeira vez parte dos documentos.

Também em 1997, a transformação do DEOPS em um memorial foi anunciada no Programa Estadual de Direitos Humanos de São Paulo, no momento em que o edifício ainda abrigava o Departamento de Defesa do Consumidor (DECON). Apesar disso, em 1998, atendendo às demandas do financiamento do BID, a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo previu a instalação da Universidade Livre de Música (ULM) ali, ainda que naquele momento a transferência não tenha sido possível por entraves burocráticos.

Naquele ano a sede do DECON foi realojada. Por meio de uma parceria entre a Secretaria da Cultura, então dirigida por Marcos Mendonça, e a Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo, a cargo de Belisário dos Santos, advogado dos presos políticos na ditadura militar, o edifício começou a receber atividades culturais. Então, se por um lado começaram as obras para abrigar a escola de música, por outro, em meio às comemorações do aniversário de 20 anos da aprovação da Lei de Anistia de 1979, que coincidiu com o ano do tombamento do edifício, uma série de atividades reclamavam seu *reconhecimento* como um antigo espaço concentracionário. E assim o ano de 1999 foi marcado por eventos em toda a cidade, como mostra de cinema, protestos, exposições, mesas de debates, entre outros. No dia 29 de agosto, grupos como o Movimento Feminino pela Anistia, o Tortura Nunca Mais e o Fórum Permanente de Ex-Presos Políticos partiram para protestos nos arredores do antigo DEOPS em um evento coordenado com o Governo de São Paulo. Acompanhados de uma orquestra, os manifestantes marcharam do antigo presídio Tiradentes, localizado na mesma região, até o DEOPS, onde foi inaugurada a exposição "20 anos de anistia", na qual as celas e parte dos arquivos levantados por Tucci e sua equipe foram finalmente expostos ao público. O evento contou com a presença de políticos e outras personalidades ilustres, tanto da ala conservadora quanto da progressista, e nele o governador Mário Covas assinou o projeto de lei de indenização aos torturados e perseguidos políticos do Estado de São Paulo.

Um mês depois estreou a peça teatral "Lembrar é resistir" na área das celas. Para Mendonça (apud BRITO, 2019, p. 223), então secretário da cultura, a peça marcava "o início de uma nova fase do DEOPS". Já o depoimento, também concedido a Brito (2019, p. 223), por Luiz Cardoso, na época secretário do Fórum Permanente de Ex-Presos Políticos, demonstra que, como fruto dos avanços nas negociações com o Governo do Estado, a peça parece ter levado a uma mudança na apreciação do espaço (ao menos por parte de algumas pessoas e naquele momento específico), que passou a ser compreendido como um lugar "próprio", que os ex-presos tinham o dever de ocupar e recuperar para ex-presos:

Aquilo é nosso. Nós temos que ocupar aquilo lá [...] Mas nós não tínhamos claro o que fazer com aquilo [...] Nós queríamos e tínhamos que recuperar aquele lugar para os ex-presos e tal. Só que como? Essa foi uma coisa que foi chegando [...] Nós chegamos a ter secretários da cultura que não queriam nem nos ver. Durante um tempo nós insistimos em conseguir audiência para dar encaminhamento àquelas coisas que nós estávamos querendo fazer. Foi o melhor secretário de cultura quem nos recebeu para discutir: o que vocês vão fazer? Esta foi a pergunta dele (CARDOSO *apud* BRITO, 2019, p. 223).

Por outro lado, as reformas realizadas para a instalação da escola de música levaram a uma descaracterização das celas, como demonstra Neves (2014). O reboco das paredes foi removido, apagando as inscrições deixadas pelos presos políticos na época do cárcere. A ação levou a debates acirrados. Em 1999 o CONDEPHAAT contestou a obra, pois esta havia sido iniciada sem sua autorização (NEVES, 2014). Em 2000 a obra foi aprovada pelo órgão, apesar de várias ressalvas da diretoria técnica. No ano seguinte, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão federal de preservação, registrou um boletim de ocorrência denunciando a ausência de autorização para as obras no DEOPS. Tal ação levou ao embargo da obra e a um inquérito civil, a partir do qual a Secretaria de Cultura passou a ser investigada pelo apagamento das inscrições da parede, considerada a principal marca da história política do local (NEVES, 2014, p. 129). Além disso, a maioria dos presos políticos condenou a ação.

O arquiteto responsável pela reforma, Haron Cohen, argumentou em uma entrevista para o jornal o Estado de São Paulo (2002), que as celas haviam sido modificadas pelo DECON. Anos depois, em entrevista ao Memorial da Resistência em 2018, afirmou que a reforma do espaço, que incluiu a reforma das celas e a retirada dos rebocos das paredes, teve o objetivo de transformar o local em um espaço museológico capaz de receber intervenções, pois, naquela época, as paredes se encontravam degradadas.

Segundo Marcelo Araújo (2018, p. 49), que assumiria a direção da Pinacoteca do Estado de São Paulo em 2006, a preocupação da reforma

recaiu sobre a arquitetura do renomado arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, ponto ressaltado também no texto do tombamento. Para ele, o restauro foi “realizado, de maneira geral, para a instalação de uma instituição cultural, pensado muito em termos de acessibilidade, modernização e equipamentos, mas sem uma preocupação específica com o significado do espaço, e a sensação que se tinha [...] era de um processo de assepsia. As celas estavam todas limpas e era um espaço que as pessoas olhavam e falavam: Ah! É um espaço bonito, com pé direito alto, chão de cimento, o que era até um pouco irônico”. Assim, apesar das oposições do CONDEPHAAT ao projeto, a reforma parece haver seguido um caminho semelhante à valorização patrimonial do edifício no âmbito municipal, focado sobretudo em seu valor estético e técnico, em grande medida atendendo aos acordos firmados com o BID.

4. Institucionalização

A possibilidade de institucionalizar o antigo DEOPS abriu-se com a concessão do edifício pela Rede Ferroviária Federal à Fazenda Pública do Estado (Decreto n. 46.503), em 2002, com subsequente transferência, no mesmo ano, de sua administração à Secretaria da Cultura (Decreto n. 46.572), sob o argumento de cumprir os programas estadual e federal de direitos humanos, mas também sob a necessidade de usar a verba do BID (BRITO, 2019).

No nível estadual, também em 2002, os Decretos 46.507 e 46.508 previam, respectivamente, a construção do Museu do Imaginário do Povo Brasileiro, nos andares superiores do edifício do DEOPS, e o Memorial do Cárcere, na zona das celas. Em nível federal, a Câmara dos Deputados aprovou a Lei 10.559, estabelecendo a reparação econômica aos anistiados.

O Museu do Imaginário do Povo Brasileiro nunca foi constituído. O Museu do Cárcere foi logo renomeado Memorial da Liberdade pelo Decreto 46.900/2002. O espaço foi aberto ao público então como Memorial da Liberdade e inaugurado com três exposições, dentre as quais a “Cotidiano

vigiado - repressão, resistência e liberdade nos arquivos do DOPS entre 1924-1983”, onde foram expostos os materiais levantados pelo PROIN. Segundo Marcelo Araújo, o local era composto por painéis com documentos e, depois da exposição inaugural, quase não se realizaram atividades culturais. Porém, já na inauguração, os ex-presos políticos realizaram um protesto, reivindicando o local e contestando o nome "Memorial da Liberdade".

Ao mesmo tempo, o Fórum de Ex-Presos Políticos articulou-se para ajudar os ex-presos ou ex-perseguidos políticos com o requerimento das indenizações. Em 2004, quase todos os pedidos haviam sido efetivados, e muitos membros deixaram a organização, impulsionando o redirecionamento de sua agenda. Naquele momento juntou-se ao Fórum o ex-presos político Maurice Politi, que recém voltava da Argentina. Casado com uma militante argentina, nos anos 1990 começou a trabalhar em uma empresa multinacional, mudou-se para Buenos Aires por conta de seu trabalho, e lá conheceu antigos companheiros de militância de sua esposa, que participavam ativamente da luta por memória, verdade e justiça no país vizinho.

A cada cinco anos eu mudava de país. Em 1997 a empresa em que trabalhava me propôs assumir a presidência da sede argentina. Na época eu era casado com uma argentina, então foi como voltar para casa. Fomos para a Argentina e comecei a trabalhar lá. Ao mesmo tempo comecei a vivenciar o ambiente argentino. Era a época de Fernando de la Rúa, quando confiscaram o dinheiro do povo, e ao mesmo tempo da luta em função da Ex-Escuela Mecánica de la Armada (ESMA), na época que Menem queria destruir a ESMA. E eu era amigo de várias pessoas que estavam nesse movimento, do pessoal do Memoria Abierta etc. (POLITI, 2021).

Grosso modo, a partir de 1996, na Argentina os esforços intensificaram-se e voltaram-se aos territórios nutridos por vários fatores, dentre eles os primeiros debates sobre a construção de lugares de memória. Anunciava-se a ideia de construir o *Parque de la Memoria* (PDM) – um parque-monumento em homenagem aos detidos-desaparecidos. Naquele momento também surgiam os debates acerca da possibilidade de construir um museu na *Ex-Escuela Mecánica de la Armada*, ex-centro clandestino considerado a "cabeça" das

repressões, gerada como oposição à proposta do então presidente Carlos Menem de destruir seus edifícios e construir um parque com um monumento representativo de uma suposta vontade de reconciliação do povo argentino. À semelhança do antigo DEOPS, ambas as propostas se vincularam a projetos urbanos mais amplos: o PDM fez parte do projeto de Fernando de la Rúa de "revitalização" da zona costeira de Buenos Aires. A proposta do parque na Ex-ESMA direcionava-se em grande medida à valorização dos terrenos envoltórios, o que logo se explicitou em uma propaganda que ressaltava a vista privilegiada de um empreendimento imobiliário voltado para o tal parque. Diferente do caso do DEOPS, as discussões sobre o destino da ESMA levaram a uma intervenção conservacionista no espaço museológico. Em meio ao desenvolvimento dos processos de justiça, o argumento central baseou-se na necessidade de conservar o edifício como encontrado, devido a seu caráter probatório (CABRAL LOPES, 2019).

Na Argentina, Politi havia se aproximado principalmente dos membros do *Memoria Abierta*, que encabeçaram as discussões sobre um museu na Ex-ESMA. Em 2004, quando voltou ao Brasil, juntou-se rapidamente ao Fórum Permanente de Ex-Presos Políticos e logo revisitou o antigo DEOPS, onde fora preso, momento para ele de emoção e angústia "por ser um lugar que não representava o que a gente pensava que deveria representar" (POLITI, 2018, p. 99).

Já na época ele havia sido indenizado em 22 mil reais. No intuito de redirecionar a agenda do Fórum, que já havia cumprido a proposta de auxiliar os pedidos de indenização, propôs a Rafael Martinelli, então presidente do Fórum, e a Ivan Seixas, constituir outra organização com o montante das indenizações dos três que, à luz da organização argentina *Memoria Abierta*, iria voltar-se especificamente ao tema da memória: o Núcleo Memória.

Com relação ao redirecionamento da agenda do Fórum, um marco central foi o I Congresso de Ex-Presos Políticos do Brasil, realizado no auditório da atual sede da Secretaria da Educação, na Praça da República, em São Paulo. O evento tornou-se possível, segundo Politi (2018), porque havia uma secretária-adjunta, próxima ao Fórum, que esteve detida no DEOPS.

Cerca de 400 pessoas compareceram, incluindo representantes do governo estadual e federal. Pela primeira vez, segundo Politi (2018), formou-se um grupo de várias regiões do país com pessoas que estavam interessadas em empreender trabalhos voltados à promoção da memória. Ainda segundo ele, naquele momento ficou clara a possibilidade de atuar separado do Fórum e com outras agendas.

Em 2004, Marcelo Araújo assumiu a direção da Pinacoteca. Advogado e museólogo, desde 1999 atuava como professor do curso de Especialização em Museologia do Museu de Arqueologia da Universidade de São Paulo. Dois anos depois que Araújo assumiu o cargo, a gestão do antigo edifício do DEOPS foi transferida do Arquivo Público para a Associação Pinacoteca de Arte e Cultura. Pois, se por um lado o arquivo enfrentava diversos problemas para a gestão do edifício, por outro havia muito a Pinacoteca solicitava à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo a expansão de suas instalações.

Nessa época o grupo que formaria o Núcleo Memória (Rafael Martinelli, Ivan Seixas e Politi) já estava em contato com Araújo, com o então secretário da cultura João Sayad e com o secretário adjunto Ronaldo Bianchi, que se mostraram favoráveis à transformação do espaço.

Sobre isso eu sempre falo: juntou a fome com a vontade de comer. Juntou o fato de a gente querer e do cenário que calhou. Na vida acontece muito isso. Às vezes você pode lutar a vida inteira e, de repente, por uma coisa do destino, você tem um cenário favorável. (POLITI, 2018, p. 100)

Logo na primeira reunião com Araújo, os membros do recém-formado Núcleo Memória se depararam com uma coincidência de intenções. Araújo disse, segundo relato de Politi (2018, p. 100): “era isso mesmo que eu estava pensando em fazer e não ia fazer nada sem conversar com vocês”. O então diretor da Pinacoteca também contou que havia encomendado um estudo museológico para Maria Cristina Bruno, sua colega na Universidade de São Paulo, cuja carreira se iniciou no *Musée de la Résistance et Deportation* na França (entrevista concedida a Rebeca Lopes, 2020). Por intermédio de Araújo, o trio de ex-presos realizou outra reunião com Sayad, em que lograram

a mudança do nome do então Memorial da Liberdade, argumentando que "se existe um lugar onde não existia liberdade foi aquele" (POLITI, 2018, p. 101). Também solicitaram a construção de um museu em que "se conte a história" (POLITI, 2018, p. 101).

No ano seguinte, Araújo armou a equipe responsável pela museologia. Maria Cristina Bruno ficou encarregada do projeto museológico. Tucci, que havia trabalhado com Araújo no museu Lasar Segall e conhecia profundamente o arquivo, ficou responsável pela pesquisa histórica. Gabriela Aidar já fazia parte da equipe educativa do memorial e tornou-se a responsável pelo setor educativo.

Diferente das outras intervenções, como a do Memorial da Liberdade, pela primeira vez um projeto estabeleceu um contato direto com os ex-presos políticos. A equipe responsável começou um trabalho, até então inédito no Brasil, de registro das demandas do Fórum para a reformulação do espaço. Assim, o Núcleo Memória, que já constituía um arquivo oral, tornou-se conselheiro do memorial, e o trabalho de musealização passou a se guiar pela ideia de *resistência*, anunciada no novo nome da instituição.

5. Considerações Finais

A partir da análise da construção do Memorial da Resistência, o texto buscou mostrar que intervenções urbanas voltadas à construção de imagens atrativas para o investimento estrangeiro nas grandes cidades, em voga a partir dos anos 1990, não necessariamente anulam as possibilidades críticas de intervenção. O caso evidencia a complexidade dos processos de "renovação" urbana, cujos efeitos danosos, tão tratados na literatura, constituem uma faceta importante, mas não a única.

Nas transformações e projetos incidentes na Luz, o tombamento de bens históricos foi um dos principais mecanismos utilizados para a atribuição de valor turístico à região.

Porém, foi nesse mesmo contexto que certos atores sociais vislumbraram a possibilidade de desenvolver projetos que assumissem uma

posição crítica em relação ao passado, o que culminou na construção do Memorial da Resistência.

O desenvolvimento do Memorial da Resistência aconteceu em um país em que, diferente da Argentina ou do Chile, as políticas de transição estiveram, sobretudo, voltadas à reparação financeira e, portanto, em que a memória ou a justiça não se figuraram como um problema central nas políticas públicas. Tornou-se então possível, por um senso de oportunidade dos atores envolvidos na luta, que, nutridos por experiências pessoais e, em meio à disponibilidade de um financiamento voltado à construção de aparelhos culturais e à presença de atores favoráveis na esfera pública, lograram elevar suas agendas para a esfera pública.

Por outro lado, os efeitos das condições de construção do memorial, no contexto das transformações urbanas descritas, evidenciam-se no interior do espaço. A remoção dos rebocos atendeu à construção de um espaço cultural genérico, capaz de responder às exigências do programa BID, mas não às especificidades históricas do local. Além dos significados simbólicos que as inscrições dos ex-presos carregavam, sabe-se que, em países como Argentina e Chile, marcas semelhantes foram mobilizadas como provas materiais dos depoimentos concedidos à justiça nos processos de julgamento dos culpados. O Brasil, contudo, não empreendeu ações de justiça. Essa opção parece ter reforçado, no processo de tombamento, os aspectos estéticos em detrimento da história do lugar.

Na intervenção museológica, as inscrições que foram refeitas nas celas geram ainda muitas críticas por parte de pesquisadores e especialistas – como o próprio arquiteto Haron Cohen, que afirmou se tratar de um simulacro. De fato, a opção se torna problemática na medida em que tende a forjar a história do espaço em um exercício em vão, já que o passado nunca volta. Porém, a opção pareceu ir ao encontro de um esforço de incorporar e reconhecer as vítimas em um país onde, até então, elas não haviam ganhado voz.

Nota-se que o Memorial da Resistência impulsionou a criação de espaços semelhantes em outros lugares do país, e observa-se que a atuação de ex-presos políticos junto ao memorial se constituiu em um meio de

reconhecimento público de seus esforços, o que permitiu que eles adquirissem força política para ocupar o centro de tomadas de decisões sobre o destino dos outros memoriais planejados em São Paulo: a antiga sede do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e o Memorial da Luta pela Justiça.

Agradecimentos:

As autoras agradecem o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Referências

AGUILERA, Carolina. **El retorno del monumento. Forma urbana y espacio vivido de la memoria pública de la violencia política en ciudades posconflicto; el caso de Santiago de Chile.** Tese (Doutorado em estudos urbanos). Facultad de Arquitectura, Diseño y Estudios urbanos – Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, 2016.

ARANTES, Otília. **Urbanismo em fim de linha.** São Paulo: Edusp, 2008.

ARAÚJO, Marcelo. **Entrevista concedida ao Memorial da Resistência.** In: **Memorial da Resistência (Org.). 10 anos: presente!** São Paulo, 2018.

ASSMANN, Aleida; Conrad, Sebastian. (Org.). **Memory in a global age: Discourses, Practices, and Trajectories.** Londres: Palgrave Mcmillan, 2010.

BRASIL. **Presidência da República. I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): 1972-74.** Brasília, 1971.

BRASIL. **Presidência da República. II Plano Nacional de Desenvolvimento: 1975-1979.** Brasília, 1974.

BRASIL, Ubiratan. **Memorial da Liberdade inaugura primeiras mostras. O Estado de São Paulo.** Caderno 2, D3. São Paulo, 04 de julho de 2002.

BRITO, Ana Paula. **Quando o cárcere se transforma em museu: processos de transformação de centros de detenção em sítios de memória no Cone Sul (1990-2018).** Tese (doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

BRUNO, Maria Cristina. **Entrevista concedida ao Memorial da Resistência.** In: **Memorial da Resistência (Ed.). 10 anos: presente!** São Paulo, 2018.

CABRAL LOPES, Rebeca. **Memórias de dor em Buenos Aires: de ex-centros clandestinos a lugares de memória e consciência.** Dissertação (mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo). Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2019.

CHUVA, Márcia; LAVINAS, Laís Villela. **O Programa de Cidades Históricas (PCH) no âmbito das políticas culturais dos anos 1970: cultura, planejamento e nacional desenvolvimentismo.** *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.24, n.1, 2016. p. 75-98.

COHEN, Haron. **Entrevista sobre as ocupações do edifício sede do Memorial da Resistência após a extinção do DEOPS/SP.** Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Luiza Giandalia e Camila Djurovic, 2018.

CORRÊA, Vanessa Fernandes. **Ideologia e urbanismo em São Paulo: o caso da região da luz.** Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

DA GUIA, George Alex. **Trajatórias do desenvolvimento: BID e o financiamento do patrimônio cultural na América Latina e Caribe.** Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2018.

DUARTE JR., Romeu. **Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana no Brasil.** *Revista CPC*, São Paulo, nº 10, mai-out 2010.

ERLL, Astrid. **Travelling Memory.** *Parallax* 17 (4): 4-18, 2011.

FERRAZ, R.; FILHO, M. **Covas anuncia projeto para indenizar vítimas** *Jornal O Estado de São Paulo*. Política - Direitos Humanos. A8. 30 de agosto de 1999.

FRÚGOLI JR., Heitor. **O projeto da Associação Viva o Centro e as classes populares da área central de São Paulo.** *Anais do XXII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS*, Caxambu, 1998.

GUGLIELMUCCI, Ana. **El proceso social de consagración de la “Memoria sobre el terrorismo de Estado” como Política Pública Estatal de Derechos Humanos en Argentina.** Tese (Doutorado em História). Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2011.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas de memória.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

JAJAMOVICH, Guillermo. **Puerto Madero en movimiento. Un abordaje a partir de la circulación de la Corporación Antiguo Puerto Madero (1989 - 2017)**. Buenos Aires: Teseo Press, 2018.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1998.

KARA JOSÉ, Beatriz. **A instrumentalização da cultura em intervenções urbanas na área central de São Paulo**. Dissertação de Mestrado em **Arquitetura e Urbanismo**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LEVY, S., SZNAIDER, D. **Human Rights and Memory**. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2010.

MACEDO, F. **Lembrança dos porões**. *Jornal O Estado de São Paulo*. Especial março de 1964. H12. 31 de março de 2004.

NEVES, Deborah. **A Persistência do Passado: Patrimônio e Memoriais da Ditadura em São Paulo e Buenos Aires**. Dissertação (mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2014.

POLITI, Maurice. **Entrevista concedida a Rebeca Lopes Cabral**. São Paulo, Brasil, 2021.

POLITI. **Entrevista concedida ao Memorial da Resistência**. In: Memorial da Resistência (Ed.). *10 anos: presente!*. São Paulo, 1ª edição, 2018.

ROTHBERG, Michael. **Multidirectional Memory: Remembering the Holocaust in the Age of Decolonization**. Série: **Cultural Memory in the Present**. Stanford: Stanford University Press. Edição do Kindle, 2009.

TOJI, Simone; BRITO, Flávia. **Renovando, revitalizando e imaterializando: ações de reconhecimento cultural na região do Bom Retiro e Luz. // CINCCI - II Colóquio Internacional sobre comércio e cidade: uma relação de origem**, 2008.

TOZI, Desirée Ramos. **Primavera de estações: o programa Monumenta e as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural na região do bairro da Luz/São Paulo**. Dissertação (mestrado em História Social), FFLCH-USP, São Paulo, 2007.

TUCCI, Maria Luiza Carneiro. **Entrevista concedida ao Memorial da Resistência**. In: Memorial da Resistência (Ed.). In: *10 anos: presente!*. São Paulo, 1ª edição, 2018.

TUCCI, Maria Luiza Carneiro. **Entrevista concedida a Rebeca Lopes**. São Paulo, Brasil.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

